

Organizadores:

Antonio Jerfson Lins de Freitas

João Teófilo

Viviane Prado Bezerra

Diálogos sobre a Ditadura

Série
Território
Científico

SER
TÃO
CULT

Organizadores:

Antonio Jerfson Lins de Freitas

João Teófilo

Viviane Prado Bezerra

Diálogos sobre a Ditadura



Sobral-CE

2021



Diálogos sobre a Ditadura

© 2021 copyright by Editora Sertãoocult
Impresso no Brasil/Printed in Brasil



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaocult.com
sertaocult@gmail.com
www.editorasertaocult.com

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Conselho Editorial de História

Carlos Augusto Pereira dos Santos
Francisco Dênis Melo
Geranilde Costa e Silva
Gilberto Gilvan Souza Oliveira
Tito Barros Leal de Pontes Medeiros
Valeria Aparecida Alves
Raimundo Alves de Araújo
Antonio Iramar Miranda Barros
Camila Teixeira Amaral
Telma Bessa Sales
Juliana Magalhães Linhares
Cicero João da Costa Filho
Regina Celi Fonseca Raick
Andréia Rodrigues de Andrade

Revisão

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Diagramação

João Batista Rodrigues Neto

Capa

João Batista Rodrigues Neto

Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

D536 Diálogos sobre a ditadura. / Antonio Jerfson Lins de Freitas,
João Teófilo, Viviane Prado Bezerra. (Organizadores.). –
Sobral, CE: Sertão Cult, 2021.

244p.

ISBN: 978-65-87429-89-2 - e-book - pdf

ISBN: 978-65-87429-90-8 - papel

Doi: 10.35260/87429892-2021

1. Ditadura- Brasil. 2. Fontes históricas. 3. História-
Passado. 4. Pesquisa histórica. I. Freitas, Antonio
Jerfson Lins de. II. Teófilo, João. III. Bezerra,
Viviane Prado. IV. Título.

CDD 981.063
907.2



Este e-book está licenciado por Creative Commons

Atribuição-Não-Comercial-Sem Derivadas 4.0 Internacional

Organizadores

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2007) e em História - Licenciatura Plena pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (2004). Técnico em telecomunicações pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET-CE, atual IFCE). Especialista em Docência do Ensino Superior. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (2019). Está vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas de História Oral do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Cursa segunda licenciatura em Geografia pela Faculdade Estácio do Ceará. Atualmente coordena o conselho editorial da Editora SertãoCult.

João Teófilo

Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde também atua como pesquisador do Laboratório de História do Tempo Presente (LHTP). Foi pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da FGV-SP. Suas pesquisas concentram-se em questões relacionadas ao golpe de 1964 e à ditadura militar, abordando temas como cultura política, imprensa, memória e Justiça de Transição. Foi um dos organizadores da coletânea “A ditadura civil- militar em Sobral: aliança, ‘subversão’ e repressão” (2017) e é autor do livro “Nem tudo era censura: imprensa, Ceará e ditadura militar” (2019).

Viviane Prado Bezerra

Professora Assistente do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (Dinter UFF/URCA). Mestra em História Social pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Está vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas de História Oral do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, atuando nos campos de pesquisa de História Social, com ênfase em Movimentos Sociais, Camponeses, História das Mulheres, História Oral e História da Educação.

Os entrevistadores

Alexander da Silva Braz é graduado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestrando em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e integra, também, o Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Política e Sociedade pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Ana Marília Carneiro é pós-doutoranda em História pelo programa CAPES Print/UFMG. É doutora e mestre em História pela UFMG e pesquisadora do Laboratório de História do Tempo Presente da UFMG (LHTP/UFMG) e da HuManas: pesquisadoras em rede.

Carolina Maria Abreu Maciel é doutoranda em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), onde pesquisa a formação da Juventude integrante da Pastoral da Juventude do Meio Popular, entre as décadas de 1980 e 1990. É licenciada em história pela mesma instituição e mestre pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Entre os anos de 2010 a 2012 estagiou na Associação 64/68 - Anistia. Desde 2012 é pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas História e Documento: Reflexões sobre fontes históricas - GEPHD. Em 2019, passou a integrar o Grupo de Estudos e pesquisas de História e Gênero. Entre os anos de 2013 e 2014 foi membro da Comissão Interinstitucional da Verdade das Universidades Públicas UFC/UECE.

Edilberto Florêncio dos Santos é Mestre em História e Culturas pela Universidade Estadual do Ceará-UECE. Especialista em Ensino de História do Ceará e em Gestão Cultural Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. Professor Efetivo da Rede Municipal de Educação de Sobral-CE e professor substituto do Curso de História da UVA. É Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Patrimônio e Memória da Universidade Federal do Ceará-UFC e do Grupo de Estudo e Pesquisa História, Cidades e outras Artes-UVA.

Gilberto Gilvan Souza Oliveira é doutorando em História Social (PPGH-UFC), é mestre e graduado em História pela Universidade Federal do Ceará. Atuou como educador no núcleo educativo do Museu do Ceará (2013-2014). Atualmente é professor temporário do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (Sobral/CE) e desenvolve pesquisas em torno da história do livro, da leitura e da produção editorial.

José Valdenir Rabelo Filho é Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: regimes autoritários, memória, história oral e ensino de história.

Jucelio Regis da Costa é graduado em História pela Universidade Estadual do Ceará (2010). Mestre em História pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2015). Doutorando em História, vinculado à linha de pesquisa Relações de Poder, Linguagem e História Intelectual, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. Docente da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos - FAFIDAM, campus da Universidade Estadual do Ceará - UECE, na cidade de Limoeiro do Norte, no setor Metodologias de Ensino de História e Geografia, História da Educação Geral e Brasileira; Legislação e Organização da Educação Brasileira. Atuou como professor formador e tutor no Curso de História na modalidade EaD, pela UECE. Desenvolve estudos sobre imprensa, ditadura civil-militar e sociedade; História e Memória da Ditadura Brasileira. Atualmente leciona no setor de ensino de História e Geografia, em Iguatu-CE, na FECLI/UECE.

Lucas Pedretti Lima é doutorando em Sociologia no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ). Mestre em História Social da Cultura (2018) e graduado em História (2015) pela PUC-Rio. Integra o Núcleo de Memória e Direitos Humanos do Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE/UFRJ). Foi pesquisador do Instituto de Estudos de Religião (ISER). Foi estagiário da Comissão Estadual da Verdade do Rio, sendo efetivado como assessor em julho de 2015. Foi assessor da Coordenadoria Estadual por Memória e Verdade de janeiro de 2016 a agosto de 2017. Colaborou com o projeto de pesquisa “Políticas Públicas de Memória para o Estado do Rio de Janeiro: pesquisas e ferramentas para a não-repetição”, do Núcleo de Direitos Humanos da PUC-Rio.

Marina Mesquita Camisasca é doutoranda em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com mestrado (2009) e graduação (2005) na mesma instituição. É pesquisadora do Núcleo de História Oral (NHO) e do Laboratório de História do Tempo Presente (LHTP), ambos da UFMG. Possui experiência em história institucional e empresarial trabalhando na redação e editoração de livros, organização de arquivos, centros de memória e exposições. Realiza pesquisa na área de História Agrária, História do Brasil Republicano e História da Ditadura Militar.

Rafael Júnior dos Santos é graduado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2016), mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará (2019). Atualmente é professor efetivo da Rede Municipal de Sobral. Participou do Programa de Educação Tutorial-PET (MEC/SeSu) de 2013 a 2016. Pesquisador do Grupo de Pesquisa História e Cultura Política, da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. Participa do Grupo de Pesquisa História e documentos: reflexões sobre fontes históricas, da Universidade Federal do Ceará-UFC. Tem experiência de pesquisa na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura política, memória, discurso, Ditadura.

Telma Bessa Sales é graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997), com mestrado (2000) e doutorado (2006) em História pela mesma instituição e pós doutorado na Universidade de Évora - Portugal (2015). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Brasil, experiências sociais, memória, cultura, história oral e reestruturação produtiva. Fez estágio na Universidade La Sapienza (Roma) sob orientação do professor Alessandro Portelli. É membro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios no Ceará (ICOMOS-CE) e professora adjunta do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) desde 2011, onde é líder do Grupo de Pesquisa de História Oral.

Vera Lúcia Silva é doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e tem mestrado em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). É bolsista da Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Publicou, junta a Ana Selma Silva de Aguiar, o livro “Um oásis dos menos favorecidos da sorte”: a experiência do Serviço de Promoção Humana (SPH), Camocim-CE, 1962-1979.

Prefácio

Nas duas últimas décadas, aumentou consideravelmente o número de pesquisas sobre o período autoritário de duas décadas iniciado como o Golpe de 1964, no qual os militares estiveram no centro e no controle do poder político no Brasil. Além desse crescimento, houve um notável alargamento do conjunto de temas investigados. Novas abordagens, novos objetos e novos problemas somaram-se aos trabalhos mais antigos, marcados principalmente pela busca de se compreender a dinâmica política do período. Em particular, destaca-se a preocupação em integrar uma dimensão cultural ao acervo anterior de pesquisas.

Falta ainda, contudo, refletir mais sobre esse conjunto de estudos, num exercício de auto reflexividade da parte da própria comunidade de pesquisadores. Este livro vem, em boa hora, contribuir para reduzir esse déficit. Destaco três de suas qualidades. Uma, de não restringir a seleção dos entrevistados a pesquisadores do triângulo Rio – São Paulo – Belo Horizonte. Outra, a de incluir pessoas de diferentes gerações acadêmicas. Finalmente, o foco nas trajetórias de pesquisa dos entrevistados, com suas opções, apostas e acasos.

Aparecem, ao longo das entrevistas, importantes reflexões sobre diferentes dimensões desse conjunto de experiências de pesquisa. Elas vão desde a natureza das fontes disponíveis, incluindo questões relacionadas ao seu acesso, até discussões mais gerais sobre conceitos utilizados na análise, passando pelas configurações mutáveis da memória sobre o período. Ganham também destaque, nas entrevistas, os desafios de se fazer uma história tanto do “tempo presente” quanto uma “história pública”, imersas nos debates contemporâneos. Tudo isso, num terreno minado pela

“pós-verdade”, pelas *fake news*, por negacionismos de várias ordens e pela dinâmica vertiginosa das redes sociais.

Mais do que a narrativa de produtos acabados de diferentes pesquisas, que aparecem melhor em livros e artigos acadêmicos, pode-se nessas entrevistas acompanhar o processo de “artesanato intelectual” em ação, de que fala Wright Mills. Nesse sentido, o livro certamente servirá de inspiração a jovens pesquisadores que se dedicam (ou que se dedicarão) ao tema.

Celso Castro

Professor, FGV CPDOC

A série Território Científico

O ato da escrita é um ato solitário, mas antes dele se concretizar, o autor precisa colecionar experiências, conhecimento, compartilhar ideias, trocar vivências com outras pessoas, ouvir novas histórias, enfim, ser impactado pelo convívio social, por aquilo que só é possível ser construído coletivamente.

E é exatamente a capacidade de nos conectarmos fisicamente que, embora já viesse sofrendo declínio nos últimos anos, foi mais afetada pelo atual cenário de pandemia no qual estamos inseridos. A Covid-19, além de uma ameaça real à vida das pessoas, levou ao extremo o processo de distanciamento que já experimentávamos. Ficar longe deixou de ser apenas um reflexo da rotina acelerada destas primeiras décadas do novo milênio. Graças ao vírus, tornou-se questão de sobrevivência.

O isolamento atingiu todos os aspectos da vida humana, e a produção do conhecimento científico não foi menos afetada, ainda mais em um país no qual atualmente essa produção já vinha sendo alvo de constantes ataques e aqueles que se dedicam a ela são encarados quase como inimigos do Estado. Nesse cenário, torna-se mais do que pertinente, mas necessário que todos aqueles que acreditam na educação, na ciência, no conhecimento se unam e abracem projetos que busquem aproximar essa produção e o público em geral.

Assim nasceu o *Território Científico*, uma iniciativa que visa não apenas aproximar renomados pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento entre si, mas possibilitar que compartilhem suas trajetórias, dificuldades e experiências com aqueles que escolherem seguir seus passos.

Com isso em mente, a *Editora SertãoCult* apresentou aos membros de seu conselho editorial a proposta de juntos promovermos uma série de

diálogos com pesquisadores que são referência em suas áreas de atuação, nos quais fazem um pequeno apanhado de suas trajetórias. Cada conjunto de diálogos ao final são transcritos e editados, compondo livros distribuídos gratuitamente no formato digital e oferecidos à venda em formato físico.

A série tem início com este volume, dedicado a um tema tão relevante, especialmente em nossa atual conjuntura político-social: a ditadura civil-militar. Nessa perspectiva, onze grandes historiadores que se dedicam a esta temática nos honraram ao aceitar contribuir com este projeto, dialogando com outros historiadores igualmente talentosos, nos brindando, nas próximas páginas, com uma verdadeira aula de como pesquisar um período tão sensível da história brasileira.

Não poderíamos estar mais orgulhosos do resultado deste esforço conjunto, que nos estimula a seguirmos empenhados em nossa defesa incondicional da ciência.

Obrigado a todos que ajudaram neste primeiro passo da *Série Território Científico*!

Que venham os próximos volumes!

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Marco Antonio Machado

Coordenadores da Série Território Científico

Apresentação

A temática da ditadura militar brasileira passou por importante expansão nos últimos anos em relação às pesquisas desenvolvidas. É certo que por longo tempo ficou restrita a outras áreas, como a sociologia e a ciência política, e apenas posteriormente os historiadores resolveram tomá-lo como objeto de estudo. Há algumas razões para isso, dentre as quais destacamos certa resistência na área de história em pesquisar temas próximos a nós no tempo, além da dificuldade de acesso às fontes. Atualmente, esse cenário é diferente: a história do tempo presente/história recente é uma área em expansão no Brasil e muitos fundos documentais ligados ao Estado repressivo, por exemplo, estão acessíveis aos pesquisadores, alguns dos quais ainda pouco explorados.

Iniciar uma nova pesquisa representa grande desafio, sobretudo para aqueles iniciantes que, ao final de seus cursos de graduação, precisam encontrar um tema/objeto que venha a se transformar em suas monografias, em seus trabalhos de conclusão de curso. Logo, muitas são as dúvidas e inseguranças. Saber por onde começar é uma questão difícil; após começar, as dúvidas continuam ao longo da pesquisa. É algo intrínseco ao processo e, claro, também faz parte da vida de pesquisadores mais experientes.

O contato com a obra de historiadores e historiadoras que pesquisam ditadura nos põe diante de um universo complexo que ainda tem muito para ser estudado, apesar dos avanços recentes. Ocorre que nem sempre o percurso de pesquisa está visível nesses trabalhos. E mais: as questões que antecedem a produção desses estudos, mas também que acompanham a escrita, nem sempre estão perceptíveis. A menos que conversemos com essas pessoas, ficará difícil saber detalhes do que poderíamos chamar de bastidores da pesquisa ou *behind the scenes*.

Este trabalho que agora apresentamos, através de entrevistas com historiadores e historiadoras, traz vários elementos desses bastidores e nos põe em contato com seres humanos, de carne e osso, que tiveram suas inquietações, dúvidas, mostrando que seus caminhos quase nunca são lineares. Eles nos põem em contato também com seus processos de formação e com as questões que permearam suas principais pesquisas. Trata-se de material de grande utilidade, que poderá servir de inspiração, de guia, para aqueles que desejam iniciar na área ou melhor conhecer suas especificidades.

Na escolha dos convidados, preocupou-nos não apenas selecionar pesquisadores com trajetórias e formações diferenciadas - de modo a incorporar ao trabalho experiências que, fugindo dos meios tradicionais de atuação, contemplam o uso de novas ferramentas para a produção e divulgação do conhecimento histórico, a exemplo da Internet. Mas, buscamos diversificar, dentro das possibilidades, seus lugares de atuação, contemplando profissionais de outras regiões do país que não apenas o Sudeste. Além disso, e não menos importante, buscamos elaborar um trabalho equilibrado do ponto de vista de gênero, pois sabemos das invisibilidades que também estão presentes no mundo acadêmico, nem sempre dando a devida atenção que merece ter as pesquisas feitas por mulheres.

Juntou-se a nós nesta empreitada um time de entrevistadores cuja escolha também se pautou pelas questões anteriormente colocadas. Conhecedor dos trabalhos e trajetórias de seus entrevistados, esse time contemplou nas perguntas questões essenciais que ajudam a evidenciar os propósitos deste projeto, abordando temas de pesquisa, mas também trajetórias, uma vez que essas duas dimensões guardam entre si grande proximidade, havendo, em alguns casos, uma mútua influência. Noutras palavras, entrevistadores e entrevistados trilham um caminho que mostra ao leitor que as escolhas de temas e objetos de pesquisa também derivam de histórias de vida, sendo um processo permeado por subjetividades, por questões pessoais.

Diante do contexto de produção deste livro, marcado por discursos que buscam negar ou relativizar a ditadura militar, entendemos que o conhecimento histórico é importante antídoto. Esperamos, pois, que nosso esforço possa servir de inspiração para trazer para nosso campo de atuação novos nomes. E mais: que aqueles que tenham interesse no tema, mas sem ne-

cessariamente desejar ingressar na área, possam vislumbrar que a construção do conhecimento histórico é baseada em método, em erudição, em consulta a fontes, em crítica documental. O historiador trilha com seriedade um longo caminho até chegar às suas conclusões. Pode parecer óbvio, mas não custa reforçar: história não é opinião.

Ao encerrar esta apresentação, não poderíamos deixar de agradecer a todos aqueles que tornaram este projeto possível, em especial nossas entrevistadoras, entrevistadores, entrevistadas e entrevistados, e à Editora SertãoCult, que fez o convite e nos confiou a importante missão de tornar real algo dessa magnitude.

Jerfson Lins

João Teófilo

Viviane Prado Bezerra

Organizadores

Sumário

Ana Rita Fonteles Duarte.....	18	Doi: 10.35260/87429892p.18-37.2021
Carlos Fico.....	38	Doi: 10.35260/87429892p.38-57.2021
Caroline Bauer.....	58	Doi: 10.35260/87429892p.58-80.2021
Aírton de Farias.....	82	Doi: 10.35260/87429892p.81-102.2021
Edvanir Maia da Silveira.....	104	Doi: 10.35260/87429892p.104-126.2021
Marcos Napolitano.....	128	Doi: 10.35260/87429892p.128-142.2021
Samantha Viz Quadrat.....	144	Doi: 10.35260/87429892p.144-165.2021
Paulo César Gomes.....	166	Doi: 10.35260/87429892p.166-181.2021
Sônia Maria de Meneses Silva.....	182	Doi: 10.35260/87429892p.182-202.2021
Rodrigo Patto Sá Motta.....	204	Doi: 10.35260/87429892p.204-223.2021
Valéria Aparecida Alves.....	224	Doi: 10.35260/87429892p.224-242.2021



Valéria Aparecida Alves é doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica (2011), realizou o estágio de Pós-Doutoramento na Universidade Nova de Lisboa, junto ao Instituto de História da Arte - IHA - (2019-2020), com Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001) e Graduação em História pela Universidade Cidade de São Paulo (1994). Atualmente é Professora Adjunta da Universidade Estadual do Ceará - UECE, atuando principalmente nos seguintes temas: Ditadura Militar, Produção cultural nas décadas de 1960 e 1970 e Movimentos de Contracultura. Vinculada ao Grupo de Pesquisa - Laboratório de Estudos e Pesquisa em História e Culturas - DÍCTIS, especificamente à linha de pesquisa: Música, musicalidade e experiências ético-estéticas.

Valéria Aparecida Alves

Telma Bessa Sales
Carolina Maria Abreu Maciel

A ditadura militar foi tão mal resolvida em seu processo de transição, em uma transição negociada, que acabou resultando nessas questões que a gente tem hoje, de uma parcela da população reivindicar uma memória de ditadura desconsiderando seu caráter autoritário.

Território Científico (TC): Como questionamento inicial, gostaríamos que você nos falasse quais foram as motivações para a escolha desse tema e, para a vida inteira, não é, pesquisar e respirar essa temática?

Valéria Alves: Falar um pouco dessa trajetória é sempre muito bom. Sou suspeita porque eu gosto daquilo que eu pesquiso. Sempre que eu tenho oportunidade de falar sobre isso eu me animo. A motivação para eu pesquisar essa temática já surgiu na graduação, de todas as disciplinas que eu fiz, ainda na graduação, a que mais me interessava era Brasil. E, em especial, o Brasil que a gente chama de contemporâneo, que a gente sempre acaba, por conta de currículo, estudando no último semestre. E aí, estudando ditadura militar eu pude me aprofundar um pouco sobre essas questões, e eu sabia que quando terminasse a graduação era exatamente isso que eu queria pesquisar e era nessa temática que eu queria me especializar. E foi isso que eu fiz.

Quando eu terminei a minha graduação, ela não tinha pesquisa, como eu fiz licenciatura, na universidade que eu estudei, a pesquisa estava excluída da licenciatura. Nós não fazíamos. E aí eu fui pesquisar essa temática só no mestrado. Eu fiz um projeto para estudar o movi-

mento sindical dos bancários, na verdade, o sindicato dos bancários, durante o governo Médici, que era o auge da repressão na Ditadura. Fiz isso associando à minha própria condição, na época eu era bancária e tinha acesso ao arquivo. No Sindicato dos Bancários, havia um acervo, bastante organizado, sobre a atuação do movimento sindical durante o governo Médici e de todos os outros, mas não era o que me interessava. Eu até achei que era um bom projeto e me animou, mas ele não foi bem aceito porque eu não fui chamada nem para entrevista [risos]. E aí, no ano seguinte resolvi apresentar uma nova proposta. Só que eu mudei totalmente, porque meu interesse já estava mais focalizado na ditadura militar, mas na produção cultural, o mundo das artes e como os artistas, de um modo geral, se posicionaram. E aí eu fiz esse segundo projeto, propondo estudar os festivais de música popular brasileira, porque entre todas as áreas das artes, eu escolhi a música. Eu propus estudar os festivais, na década de 1960, e fui aceita. Obviamente, depois do ingresso, eu tive que fazer ajustes na proposta, porque era ampla, mas foi isso que eu acabei pesquisando.

TC: E o seu doutorado e pós-doutorado?

Valéria Alves: Bom, então, seguindo essa lógica, no mestrado a ideia principal era estudar a música. E aí, eu achei, justificando um pouco melhor, que estudar os festivais seria mais interessante. Porque, já levantando as fontes, durante o período de elaboração do projeto, eu percebi que os festivais tinham uma característica que seria bastante interessante de analisar. Os festivais eram feitos basicamente por jovens e, também, para jovens. O público que assistia os festivais era de jovens universitários, basicamente, e quem estava no palco também tinha esse perfil. Eram jovens, muitos eram universitários, alguns já tinham abandonado os cursos, mas era essa a marca. Assim, eu entendi que seria bastante apropriado discutir o protesto desses jovens, já que o movimento estudantil foi um dos protagonistas na luta contra a ditadura militar. Então, como esses jovens usavam, também, a música para fazer sua resistência, para fazer seu protesto contra a ditadura? Seja na plateia - porque a plateia também era interessantíssima, estudar o comportamento -, através dos cartazes que eles levavam. Inclusive, depois que eu fiz, algum

tempo depois, eu acabei localizando um trabalho, feito posteriormente, que analisou só o comportamento da plateia dos festivais. Bem interessante. Riquíssimo, inclusive, o material que eles levavam. Então eu focalizei os festivais entre os anos de 1967 e 1968. À época, quando eu apresentei o projeto e que foi aprovado, o recorte compreendia toda década de 1960. Minha pretensão era estudar todos os festivais. Claro que era impossível, né?! Minha primeira conversa com a minha orientadora¹ foi essa: *“Você vai ter que fazer uma escolha. Não é possível discutir todos”*.

E eu lembro que ela insistiu. Ela queria que eu ficasse com um festival e eu bati o pé e fiquei com quatro, que era já demais. Mas eu bati o pé e fiquei. Eu tive que justificar e justifiquei dizendo que eu ficaria com os anos de 1967/68, que eram também anos de bastante efervescência do movimento estudantil. E, então, eu queria entender a agitação dos festivais em meio à agitação do movimento estudantil. E os quatro festivais porque eu não abria mão do recorte geográfico, que era Rio e São Paulo, porque as principais emissoras que promoviam festivais eram a TV Record, de São Paulo, e a TV Globo, do Rio. Eu queria analisar, fazendo também uma comparação, de semelhanças e diferenças entre essas duas. E aí eu bati o pé e falei para ela: eu vou ficar com esses quatro. Ela falou, obviamente na época, que era uma loucura. Que seria muito mais qualitativa a pesquisa, que teria muito mais aprofundamento, seria muito mais interessante, se eu analisasse detidamente um, mas não teve acordo. Eu fiquei com os quatro e depois me arrependi, obviamente, porque era muita coisa para estudar, mas acabou ficando assim. Todo o jovem que começa uma pesquisa, eu acho que mostra um pouco essa resistência de fazer escolhas. A gente quer abraçar tudo, e eu também. Ela também tentava me convencer (a minha orientadora) de fazer uma escolha, porque minha proposta era analisar todas as canções inscritas em quatro festivais, isso dava mais de trezentas canções. E ela, sabiamente, dizia: *“Não é possível!”* E a gente discutindo, ela conseguiu me convencer a ficar só com as classificadas, as que foram aprovadas pelo júri e acabaram vencendo o festival. Só que, mesmo assim, estas ainda eram doze. Era um número razoável, eu ainda

¹ Prof.^a Dr.^a Maria Izilda Santos Matos, da Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP.

relutei e acabei incluindo cinco desclassificadas, porque eram muito interessantes. Eu disse para ela que eu não podia abrir mão dessas canções. No fim, eu fiquei com as classificadas e que venceram os festivais e as cinco desclassificadas. Obviamente, se eu pudesse rever essa trajetória, no caso, se eu pudesse refazer essa trajetória, eu não faria essas escolhas. Eu focalizaria um só festival e só com as canções vencedoras ou eu poderia optar só pelas desclassificadas. Mas, enfim, a gente vai aprendendo ao longo do caminho.

Bom, para contar um pouco do desdobramento dessa pesquisa. Quando eu estudei os festivais, em meio a essa proposta, apareceu o movimento da Tropicália, porque a Tropicália surge exatamente no Festival da Record. É uma escolha deliberada. O Caetano Veloso, o Gilberto Gil, que organizaram o movimento, claro que não apenas eles, mas eles foram os organizadores desse movimento. Mais o Caetano do que o Gilberto Gil. Eles escolheram deliberadamente lançar esse movimento, que já era desenhado por eles, pensado enfim num festival para causar o impacto que eles queriam. Já que os festivais sempre causavam polêmica, era um programa de TV e o objetivo era esse, então eles escolheram apresentar as canções ali. Assim, estudando os festivais, tanto em 1967 como 1968, a Tropicália é marcante nesse período. Tanto que a Tropicália só existiu nesse período de 1967 e 1968, quando eles encerram o movimento. Isso, obviamente, me interessou. E aí eu resolvi aprofundar essa discussão no doutorado. Então no doutorado a ideia era discutir a Tropicália. Só que, claro, já havia muitos trabalhos sobre isso. Dessa forma, analisando as leituras e os estudos que já havia sobre a Tropicália e as fontes que eu tinha recolhido, eu fiz uma proposta para focalizar no doutorado dois projetos da Tropicália, pois como havia muitas pessoas que participaram desse movimento, eu já entendia que não era um movimento homogêneo, era um movimento plural. Havia várias propostas que se aglutinavam ali, em torno do que ficou conhecido como a Tropicália. E eu resolvi estudar duas propostas, duas ideias de Tropicália que não foram as mais evidentes, assim, que não ficaram tão em evidência. Uma era a proposta do Tom Zé e a proposta do Torquato Neto, esse ainda menos conhecido do que o Tom Zé. E, foi com esse projeto que eu ingressei no doutorado. A ideia era discutir

a pluralidade da Tropicália centralizando nas criações de Tom Zé e Torquato Neto. Fui aprovada com essa proposta e, conversando com a orientadora, resolvemos fazer alguns ajustes. Claro, já tinha aprendido um pouco, dessa forma, o projeto já estava recortado, muito mais enxuto que o projeto de Mestrado, os ajustes eram pequenos. À medida que fui reunindo mais fontes, ao longo do doutorado, eu fui percebendo que havia ali, também, uma riqueza a ser explorada no que se refere à produção do Torquato Neto. Assim, em conversa com a minha orientadora, a mesma que me acompanhou no mestrado, fiz essa proposta para ela. Acabou que invertemos os papéis. Se no mestrado era ela que tentava me convencer de fazer recortes, naquele momento eu disse que queria fazer uma mudança. Falei que iria abandonar o Tom Zé e seu projeto de Tropicália e ficaria só com o do Torquato Neto, eu iria mergulhar naquele universo. E a preocupação da minha orientadora era se eu tinha documentação para sustentar a tese, a preocupação era se eu teria material para conseguir construir cinco capítulos, que é a exigência do doutorado, iríamos avaliar isso. Como havia, o Tom Zé ficou guardado e, um dia, eu volto a ele. Eu tenho as fontes, tenho o material, mas eu acabei deixando-o de lado e eu mergulhei nesse universo do Torquato Neto. E ficou também um pouco mais amplo, pois a trajetória do doutorado foi apresentar um panorama da produção cultural, no final dos anos 1960 e início da década de 1970, a partir do olhar do próprio Torquato Neto.

O Torquato tinha uma produção bastante intensa. Ele era colunista de três grandes jornais no Rio de Janeiro e ele escrevia obsessivamente. Ele era um colunista que escrevia todos os dias, de domingo a domingo. Ele escrevia sobre música, sobre cinema e, enfim, poesia, literatura. Mas discutindo, basicamente, esse panorama dando mais ênfase no universo musical e do cinema. E continuando a trajetória da pesquisa, quando eu estudo o Torquato Neto e a sua visão sobre, principalmente, a música e o cinema, nesse recorte, eu fui conhecendo os parceiros com quem Torquato Neto trabalhou. As figuras que ele apontava, que ele despontava, na verdade, nas suas colunas como uma promessa, enfim. E, um dos parceiros do Torquato Neto foi o Hélio Oiticica. Na verdade, a grande referência para o Torquato Neto era o Hélio Oiticica. Eles foram amigos e deixaram o Brasil,

inclusive juntos, antes do AI-5, já percebendo que a situação estava ficando bem ruim. Eles não foram presos, nem exilados, mas eles escolhem sair do país, no momento já de crise. E ao longo da vida, o Torquato Neto [pausa] consultava-o. Ao longo da vida, assim que ele conhece o Hélio Oiticica, ele passa a ser a grande referência para ele e para qualquer projeto, para qualquer ideia que o Torquato tinha. Ele escrevia para pedir uma opinião do Hélio Oiticica. E trocaram muitas cartas. E isso, também, foi me abrindo um panorama de um grupo que vai desenvolver uma proposta de arte, em torno ali de um projeto, que o Hélio Oiticica passa a ser, vamos chamar assim, o mentor. E essa ideia me levou à pesquisa atual.

Hoje, no pós-doutorado, eu pesquisei essa proposta que o Hélio Oiticica definiu como antiarte. O Hélio Oiticica tinha uma característica muito parecida com a do Torquato, a de teorizar. Ele deixou muita coisa teorizada. Assim, eu me aproximei desse universo: o que é essa antiarte? O que é essa proposta de resistência? Não só ao autoritarismo político, mas a qualquer forma de autoritarismo. Inclusive, no universo artístico, de não aceitar nenhum tipo de fórmula, nenhuma regra. E é essa pesquisa que eu venho desenvolvendo. Eu já tinha alguma reflexão sobre isso, já vinha reunindo também material e foi aí que eu fiz a proposta do pós-doutorado: de discutir esse universo. Assim, eu fiz contato com a universidade, aqui em Portugal². A ideia, também, foi fazer um estudo comparativo. Então, foi isso que acabei realizando aqui. Eu comparei na década de 1970, continuo na ditadura militar, pensando esse movimento capitaneado pelo Hélio Oiticica e pelo grupo que produz essa proposta de antiarte e, em Portugal, a mesma busca: como artistas se posicionaram nesse contexto. Até porque o recorte que eu fiz coincide, também, com período de início de redemocratização, de abertura tanto no Brasil como em Portugal. É o fim do autoritarismo, já uma transição do governo Salazar com o Marcelo Caetano e, depois da derrubada do próprio Marcelo Caetano, no movimento de 25 de Abril. Então é muito próxima essa realidade de abertura política, mesmo que lenta, de crise econômica e de movimento artístico. As aproximações são muitas e é, por enquanto, esse o caminho que eu percorri.

2 Universidade Nova de Lisboa – Instituto de História da Arte.

TC: Valéria, você pode falar um pouco sobre as suas fontes?

Valéria Alves: Então, quando eu fiz essa escolha para discutir a produção de Torquato Neto, um dificultador era esse. Porque ele produzia diários. Então, tem essa questão, que muitos estudiosos classificam, tem até um grupo na ANPUH, um grupo de trabalho sobre essa denominação, “*escritas de si*”. Assim, eu podia ficar, por exemplo, só com esse universo. Mas aí tem os poemas do Torquato Neto, as canções e as colunas de jornais. Então, apesar do recorte já estar mais bem feito do que no mestrado, eu ainda insisti pelas correspondências. Então, assim, tem diário, tem correspondência, têm canções, tem poema e tem as colunas. Era também ideal eu ter ficado com um universo de documento, mas aí eu quis ficar com eles todos e a dificuldade de fato é essa. Com relação à chamada documentação das escritas de si, era o maior desafio. A minha orientadora me puxou muito a orelha porque, na verdade, não me propus fazer uma biografia, não era esse propósito. Mas você acaba esbarrando na trajetória dele, tanto é que eu tenho um capítulo só sobre a trajetória do Torquato. E quando a gente faz uma análise dessa produção de escrita de si, de diários, a própria correspondência entra nessa chamada escrita de si, porque é alguém falando para o amigo. E como a gente vai aprendendo no trato metodológico, quando alguém escreve uma carta é a mesma coisa quando alguém escreve um diário, você está formando uma imagem sobre si. É uma imagem que você está projetando sobre você deliberadamente. É a escolha como você quer se apresentar, como você quer ser visto, não é? Então, nem sempre aquilo de fato é o que ele está vivendo, por exemplo, é muito perceptível isso nos documentos.

O Torquato Neto era uma pessoa que sofria de vários transtornos, ele era alcoólatra. Era o principal problema dele, na verdade. Ele era dependente não só de álcool, mas também drogas. O álcool, também, é uma droga, mas drogas, vamos chamar assim, de ilícitas. Ele era usuário de ácido, de cocaína e isso resultou, por exemplo, em várias internações. Algumas ele escolheu se internar para tentar sair das crises, outras vezes ele foi internado pela família - pela esposa, pelos pais - e a vida dele foi bastante tumultuada e curta. Acabou se suicidando. E tem os diários dele do sanatório, que são riquíssimos. Eu

queria pesquisar também, são ideias. Eu queria fazer uma pesquisa só com os diários do sanatório. Um dia ainda vou escrever sobre isso. Você vai se envolvendo com essa documentação. E aí a minha orientadora me puxava a orelha e ela dizia: “*Você percebe que ao analisar esses documentos você está ficando meio que encantada pelo Torquato e não está conseguindo se distanciar e fazer uma análise que problematize, que faça a crítica, que você está construindo um herói? Se distancia um pouco [...]*” Ela usava muito essa frase: “*Você compra tudo que ele diz, para você ele é um herói*”. E, de fato, eu tinha essa consciência. E aí eu tentava problematizar, mas enfim, a gente acaba se apaixonando pelo objeto e, de fato, ele é assim apaixonante.

E é a mesma coisa, um ídolo para mim que também foi parar no sanatório, inclusive, no mesmo que Torquato Neto passou, é o Lima Barreto. Até meus alunos sabem, eu não posso estudar Lima Barreto porque, para mim, ele é o máximo. E aí eu não consigo ter o distanciamento. Então, assim, era muito difícil mesmo fazer essa análise tentando não cair em algumas armadilhas. Tem aquele texto, que foi um dos que mais me ajudou: o *Desafio biográfico*, do François Dosse³. Ele apresenta exatamente ali, vamos dizer assim, o “caminho das pedras” para a gente não cair na armadilha de construir esses mitos, de construir um herói quando a gente está fazendo uma biografia. Mesmo eu não fazendo uma biografia, mas lidando com uma documentação autobiográfica, eu tentei ao máximo me desvencilhar e não cair nessa armadilha. Mas eu sei que eu não fui tão bem-sucedida. Quando eu leio, também, na verdade, eu reli pouco, mas toda vez que eu leio, eu percebo que sim, que tem um traço e que muitas vezes eu escorrego nessa mitificação. Mas enfim, esse foi sim um desafio. Tratar essa documentação autobiográfica, tratar das canções que, na verdade, não eram canções, eram apenas letras. O Torquato se definia como um letrista. É mais um poema do que outra coisa, porque ele não musicava, ele não sabia fazer isso. Inclusive, era uma das coisas que ele lamentava. Ele não sabia musicar, então ele escrevia a letra. Por isso que ele teve muitos parceiros. E aí ele recorria aos parceiros para musicar. E as colunas que ele publicou na imprensa, então esse material era vasto e de fato deu muito trabalho

3 DOSSE, François. **Desafio Biográfico**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

e seria muito mais produtivo eu ter escolhido e tratado só um tipo de documento, não essa loucura toda, de tanta documentação.

TC: Sobre a produção do Torquato Neto, poderia falar um pouco sobre a relação com o cinema marginal?

Valéria Alves: O Torquato Neto era uma figura inquieta e bastante competente. No final da vida, já ali no começo dos anos 1970, ele se suicidou em 1972. Então assim, foi uma aproximação rápida, curta com o cinema, mas muito intensa. Esse também era um traço do Torquato Neto. E aí ele se aproxima de figuras que estavam envolvidas com o cinema chamado, na época, marginal. Por exemplo, ele foi bastante próximo do Júlio Bressane, ele foi muito próximo do Rogério Sganzerla. Ele não só participou de alguns filmes, como atuou. Ele comentava, enfim, e ele produziu. Inclusive, uma figura que ele encarnou foi o Nosferatu no Brasil. E as pessoas até comentavam bastante. O Torquato Neto encarna essa figura do Nosferatu, que é um vampiro que vai andando pelas ruas de Copacabana e, aí, ele meio que “pira” nessa ideia e ele não abandona essa personagem. Ele ficava andando pela rua como vampiro. Mas isso não é o mais importante. A questão dele com o cinema marginal, que vai chamar de cinema Super-8, por conta da câmera que usavam e, ele também vai chamar de cinema “Udigrudi”, que é um nome que ele vai dar, para chamar esse cinema de *underground*. É muito interessante também. Daria uma pesquisa excelente para fazer. Por exemplo, poderia recortar e fazer uma tese só sobre essa questão do cinema com o Torquato Neto. Ele foi um grande divulgador do cinema Super-8. Em um determinado momento, a coluna dele, a última coluna que ele escreveu foi a *Geleia Geral*, no *Última Hora*. Ele escrevia sobre, basicamente, música e cinema. Só que, em um determinado momento, ele para de falar sobre música, porque ele só estava interessado em cinema. Assim, a coluna foi importantíssima para divulgar o cinema super-8, que ele estava empolgadíssimo com essa ideia.

Eu estava tão apaixonada pelo Torquato Neto que eu queria, também, falar sobre tudo e cada possibilidade tornou-se um capítulo. Um Capítulo foi só sobre o cinema e eu podia fazer uma tese sobre cada temática. Há um episódio interessantíssimo que foi uma briga

dele com o Antônio Calmon. O Torquato comentava os filmes e, num desses comentários, ele acabou com um dos filmes do Calmon, foi uma crítica super depreciativa. O Calmon ficou super bravo e pediu direito de resposta ao jornal, que teve de publicar, inclusive. Essa coluna ganhou o título de “*Pau no burro*”. O “burro” era o Torquato. E aí, o Torquato Neto respondeu e isso repercutiu alguns dias. E quem tentou acalmar um pouco, conciliando as coisas, foi o Cacá Diegues. Esse recorte, também é riquíssimo, vale a pena um dia aprofundar.

TC: Você falou no início sobre a juventude. Essa juventude que estava na plateia e que acompanhava essas canções. Gostaríamos que você comentasse sobre o papel da juventude, nessa postura mais de rebeldia, de ser uma voz contra o sistema do regime ditatorial. Além disso, se possível, que você comentasse, sobre a juventude que as fontes pouco abordam, os jovens das periferias, das camadas mais populares.

Valéria Alves: Todos os estudiosos dessa temática mais ampla, quem estuda ditadura militar, inevitavelmente, tem que discutir essa questão da juventude porque, sem dúvida, um dos maiores opositores foi a juventude. Os jovens, inclusive, tornaram-se quase que os inimigos “número um” do Estado autoritário e deram muito trabalho para o Estado controlá-los. Uma série de medidas foram tentadas, desde o governo Castelo Branco, sem sucesso, passando pelo governo Costa e Silva que, também, demorou para conseguir controlá-los, e só no final de 1968 é que essa juventude acaba recebendo duros golpes. Um deles foi a prisão de toda a liderança do movimento estudantil no 30º Congresso da UNE, no interior de São Paulo, em Ibiúna. Com a liderança toda presa, esse movimento fica meio que desmantelado e, claro, desarticulado. E, logo em seguida, a prisão

Todos os estudiosos dessa temática mais ampla, quem estuda ditadura militar, inevitavelmente, tem que discutir essa questão da juventude porque, sem dúvida, um dos maiores opositores foi a juventude.

se dá em outubro, 30 de outubro de 1968, os militares conseguem prender essa liderança que era tão procurada. E em 13 de dezembro 1968 vem o AI-5, que é o golpe final em toda a oposição. Então os jovens tiveram um papel extremamente importante e eles conseguiram ser de

fato uma liderança. E muitos outros setores engajaram-se na luta desses jovens. Assim, não era o movimento estudantil aderindo ao movimento X ou Y, era o contrário, artistas, intelectuais e até o movimento operário indo a reboque dessa juventude. Depois de 1968, a correlação de forças muda e, ao longo da década de 1970, em especial ao final, o protagonismo passa a ser do movimento operário. Mas antes era desses jovens. E esses jovens também têm um recorte. Quem estava, de fato mais atuante neste movimento era a classe média. Porque eram estudantes secundaristas e universitários. E apesar de no Brasil haver uma mudança, ao longo dos anos e ampliar um pouco o acesso à educação, ainda era a classe média que chegava a esses níveis de ensino.

Já orientei vários trabalhos, inclusive em Fortaleza, de alunos que fizeram pesquisa sobre a ditadura militar e o movimento estudantil. Por exemplo, uma delas, no mestrado, discutiu o movimento secundarista em Fortaleza. E foi a classe média, pois mesmo sendo ensino secundário, os mais pobres ainda não chegavam. Então esse é um traço. Essa juventude de classe média, ela é herdeira das transformações ocorridas no país desde os anos 1950 e usufruía, vamos dizer assim, benefícios de um desenvolvimento que não foi igual e que atingiu de fato a classe média e alta. Ela era consumidora, essa classe média era a que podia comprar, por exemplo, os discos, as revistas que circulavam, agora em maior quantidade. Era essa juventude que comprava os livros, que ia ao cinema. Dessa forma, a gente tem também o recorte de classe, não é camada popular porque, por mais que eles tentassem chegar a essa camada popular - houve o movimento cultural, liderado por universitários, seja no Recife-PE, o movimento de cultura popular. E depois do movimento centralizado na UNE, o CPC (Centro Popular de Cultura) - havia interesse de se aproximar das camadas populares, os chamados mais pobres, de levar essa produção cultural também até eles. Mas quando a gente analisa, percebe que o alcance foi muito pequeno, não foi bem-sucedido. Infelizmente, falavam de si para si mesmos. É uma classe média falando entre os pares. O alcance não sai desse núcleo e as camadas populares não têm acesso.

Gradativamente vai se aproximando, por exemplo, um movimento, pensando em termos culturais, da classe popular mais do que da classe média, que foi o da Jovem Guarda. Mas, mesmo assim, embora eles dialogassem mais com as camadas populares, a gente também tem que fazer uma leitura um pouco relativizada disso, porque era um movimento também difundido pela TV, mais do que o rádio. Era através da TV e as pessoas que assistiam o programa da Jovem Guarda, que tinha a apresentação do Roberto Carlos, com Erasmo e Wanderleia, quem tinha televisão, nesse momento, também era a classe média. Alguns populares vão à casa do vizinho para assistir TV, quer comprar a revista e, às vezes, consegue comprar uma para colecionar. Mas, ainda assim, era muito limitado. Mesmo as canções da Jovem Guarda dialogando com um público mais amplo, não tão sofisticadas, não dialogavam tanto com o universo universitário. Mas o alcance, também, era relativo.

TC: Professora, nesse sentido de ver essas canções, esses envoltórios dessa Juventude, seria possível destacar alguma canção que tem repercussão, ainda hoje, por exemplo, e que foi passando de geração em geração e que tem o sentido desse momento de autoritarismo, de cerceamento das liberdades?

Valéria Alves: Há muitas canções, mas a mais emblemática, quando a gente fala desse período, foi a canção de Geraldo Vandré que não ganhou o festival em 1968, ficou em segundo lugar, causando toda a polêmica. E, que acabou se tornando um hino de várias manifestações, não só estudantis e, depois, foi apropriada por outros movimentos. Qualquer grande movimento de massa que aconteceu no Brasil, de 1968 talvez até 1979, utilizou a canção “Caminhando”⁴ do Vandré. Depois, talvez a canção mais emblemática, tenha sido a canção que ficou conhecida como o “hino da Anistia”, *O Bêbado e a Equilibrista*, de João Bosco e Aldir Blanc. Eu acho que são as canções mais emblemáticas. Claro que não são as únicas, mas eu acho difícil falar nesse período e não citar o Vandré, não citar sua canção, como as canções, claro, da Tropicália. Essas, talvez, menos conhecidas na época, e reprovadas, porque a Tropicália causou uma enor-

4 VANDRÉ, Geraldo. “Pra não dizer que não falei das flores”. Geraldo Vandré no Chile, 1968.

me polêmica, como as canções da Jovem Guarda. Mas, ao mesmo tempo, eram duramente criticadas, sobretudo pelos universitários que classificavam as canções da Jovem Guarda como “alienadas” etc. Eu acho que emblemático e exemplar é *Caminhando*, do Vandrê.

TC: Tendo em vista essa dinâmica, seja por meio das canções ou por quais fontes ou vieses, qual é a importância de hoje se discutir esse período da História do Brasil?

Valéria Alves: Eu acho que a pertinência em estudar a ditadura militar, seja por qual fonte ou viés, se mantém até por conta de um passado tão recente que a gente ainda está vivendo. A ditadura militar foi tão mal resolvida em seu processo de transição, em uma transição negociada, que acabou resultando nessas questões que a gente tem hoje, de uma parcela da população reivindicar uma memória de ditadura desconsiderando seu caráter autoritário. A gente sabe que há um movimento hoje no Brasil que afirma que não houve ditadura, ao contrário, afirmam ter havido uma “*revolução democrática que salvou o Brasil do comunismo*”, que é a incorporação do discurso dos próprios militares. Os militares quando tomaram o poder de João Goulart se autointitulavam “*revolucionários e democratas*”. A imprensa toda que anunciou o golpe de 1964 anunciou como “*revolução democrática*”. Então, há uma reivindicação, ainda hoje, de uma parcela que insiste nesse discurso, que é o discurso dos militares: “*não houve ditadura, houve uma intervenção militar para salvar a democracia*”. O Congresso permaneceu aberto, a Constituição não foi “*rasgada*”. Embora a gente saiba que o Congresso foi mantido aberto, mas anulado pelas medidas repressivas. A Constituição que não foi “*rasgada*”, mas que não era considerada. Porque os Atos Institucionais se sobrepunham à própria Constituição. Houve todo tipo de violência e cerceamento. E essas questões ainda precisam ser discutidas. Eu acho que é, ainda, um passado tão recente a ser discutido, a ser analisado para que o Brasil, de fato, tome conhecimento. Porque boa tarde da população brasileira, obviamente, não tomou conhecimento do que acontecia, fato que favorece esse discurso, que “*nós não vivemos atrocidades, o Brasil não conheceu um período autoritário*”. E eu acho que a gente precisa discutir isso,

enfrentar exatamente essas questões e entender de fato o que houve para não defender esses acontecimentos.

É interessante nós pensarmos nessa questão da memória e também, sempre que eu discuto isso com os meus alunos na disciplina de Brasil, é bem interessante a gente abordar essa questão. Eu vou dar o exemplo dos meus pais, só para que a gente possa refletir sobre “*O que é essa memória?*”, que é a memória de muitas pessoas que viveram esse período no Brasil. Meus pais viveram no período da Ditadura Militar, mas eles não pertenciam a essa classe média, que a gente está discutindo aqui. Eles não eram nem secundaristas, não foram universitários. Meus pais pertenciam às camadas pobres, eram operários e, em razão disso, meus pais não tinham ideia do que era ditadura militar. Embora eles tenham sido pessoas que vivenciaram aquele período, mas a construção que eles fizeram, é claro, era a construção possível dentro daquilo que os meios de comunicação permitiam. Meus pais tinham acesso a rádio e a TV, mas liam pouco jornal etc. Então, as notícias que chegavam a eles eram as notícias oficiais, de normalidade: “*conseguimos derrubar o comunismo*”, até porque a imprensa ajudou a propagar a ideia de que havia comunismo ameaçando país. Então, meus pais acreditavam nisso e diziam: “*Bom, mas se eles não fizessem isso o Brasil ia ser comunista*”. Embora eles nem soubessem o que era comunismo, como a maior parte da população brasileira. E aí, quando eu inquiria: “*como era o cotidiano?*” Eles diziam: “*Era normal, nós acordávamos cedo, íamos trabalhar, voltávamos, na maior normalidade e, de fato, o governo conseguiu impor a ordem. E não tinha nada demais*”. Eu questionava-os: “*Havia repressão?*” Eles respondiam: “*Não*”. Havia, mas eles não percebiam. Eles não estavam envolvidos em nenhum movimento social e não tinham notícias do que acontecia. Quando viam nos jornais ou na TV aquelas imagens: “*Procura-se terroristas*”, eles compravam esse discurso. Eram “terroristas” que ameaçavam a nação e que precisavam ser presos. Assim, eram “bandidos” que precisavam ser detidos. Então, é um discurso oficial que, obviamente, por eles não terem acesso a outros tipos de informação, acabaram assumindo tal discurso, e boa parte dos brasileiros também. Quando a gente não consegue discutir isso e mostrar que essa é uma

versão oficial, que essas pessoas eram chamadas de “terroristas” pelo Estado, mas que essas pessoas estavam resistindo a todo o cerceamento, tortura, execuções e pena de morte... Essa parcela, mais pobre não tinha conhecimento disso e, muitos, nem queriam ter. Então eu acho que quanto mais a gente discutir e elucidar o que aconteceu, destruindo esse discurso oficial que prevaleceu, a gente vai conseguir entender os horrores que o Brasil viveu. Foram duas décadas, são 21 anos de horrores, dos maiores que aconteceram no país. Enquanto a gente não tiver noção disso, como historiadores nós sabemos, isso pode se repetir, como pessoas hoje saem às ruas pedindo a volta do AI-5 sem ter a noção da violência que esse instrumento impõe contra eles mesmos. Discutir essas questões é mais do que pertinente, é urgente.

TC: Ainda sobre a importância do debate desta temática, quais expectativas para nós historiadores e futuros historiadores nesse meio de pós-verdade, de *fake news* e negacionismos?

Valéria Alves: Eu acho que a gente está numa fase bem complicada. Há algum tempo, a gente já vem enfrentando isso. Eu acho que piorou a partir de 2016. Eu tenho um longo tempo de docência, mas eu nunca tinha encontrado isso. Eu leciono há 25 anos, e só recentemente é que eu esbarrei em situações mais complicadas. Por exemplo, de 2016 para cá, foi a primeira vez que em sala de aula eu encontrei alunos que ficavam incomodados com esse tema. E eu tive que enfrentar algumas situações bastante complicadas, de apresentar um conteúdo, que está dentro do programa da disciplina de Brasil IV, e alunos se sentirem incomodados e questionarem por que eu estava apresentando isso, porque eu estava apresentando essas pessoas não como “terroristas”, aqueles que resistiram. Questionavam: *“Eles eram bandidos, por que você os está defendendo?”* Então, a gente está

A ditadura militar foi tão mal resolvida em seu processo de transição, em uma transição negociada, que acabou resultando nessas questões que a gente tem hoje, de uma parcela da população reivindicar uma memória de ditadura desconsiderando seu caráter autoritário.

realmente em um momento bastante complicado. Discutir essas temáticas, hoje, vem causando cada vez mais polêmica. Eu tenho alunos que me relatam o cerceamento. Eu já tive alunos que vieram dar esse tipo de depoimento: *“Professora, eu leciono lá no Ensino Fundamental e Médio”*, alunos que, ainda, estão fazendo o curso de História, mas já lecionam, e *“eu não posso discutir isso, os pais não querem”*, e a escola cria limitações. Então, de fato, nós estamos vivendo um período bem complicado, principalmente, por conta do avanço do movimento “Escola sem partido”⁵, que colocou alguns tabus: *“ditadura militar não pode discutir, as discussões de gênero não podem ocorrer”*. Criaram determinados tabus que a gente vai ter que enfrentar. Mas eu acho que é pertinente, eu acho que a gente tem que, claro, dentro dos limites e das nossas possibilidades, também insistir nisso.

TC: E nessa trajetória, com todos esses temas, qual você escolheria? Que tema foi mais empolgante? Qual você escolheria para ser o divulgador de tudo isso?

Valéria Alves: Eu digo sempre que estou fazendo a mesma pesquisa há muitos anos. Desde que eu comecei o mestrado até hoje eu pesquiso ditadura militar, eu estou pesquisando a resistência à ditadura militar nas artes. Então eu fui, basicamente, no mestrado só na música, doutorado ampliei um pouco para música e cinema e, agora, em especial, no pós-doutorado, nas artes plásticas, por conta do Hélio Oiticica e seus parceiros. Eu sou apaixonada literalmente por esse objeto de estudo. Interessa-me muito e me encanta pensar as artes nesse período. E, em cada momento, em cada passo da pesquisa que eu estou, estou mais empolgada. Por exemplo, no mestrado, a

5 O Programa Escola sem Partido, ou apenas Escola sem Partido, é um movimento político criado em 2004 no Brasil e divulgado em todo o país pelo advogado Miguel Nagib. Ele e os defensores do movimento afirmam representar pais e estudantes contrários ao que chamam de “doutrinação ideológica” nas escolas. Ganhou notoriedade em 2015 desde que projetos de lei inspirados no movimento começaram a ser apresentados e debatidos em inúmeras câmaras municipais e assembleias legislativas pelo país, bem como no Congresso Nacional. Quase 60 projetos de lei foram apresentados em todo o país sob a influência do movimento. Analisando essas propostas e os documentos disponibilizados pela campanha, o Conselho Nacional de Direitos Humanos emitiu uma resolução em que repudiou todas as iniciativas do Escola sem Partido. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos tratou os projetos de lei promovidos pelo movimento como ameaças aos direitos humanos básicos. Vários desses projetos foram questionados devido à sua inconstitucionalidade pelo Ministério Público Federal, pela Advocacia-Geral da União e pelo Supremo Tribunal Federal.

questão da canção, até porque também eu estava começando essa trajetória, claro que me envolvia demais. Depois um encantamento com toda essa produção de Torquato, quando a gente analisa os textos dele e a divulgação do Super-8, do cinema Marginal, eu também fico extremamente empolgada. E agora as artes plásticas. Então, atualmente a minha paixão é esta. Não escolheria um tema, porque todos são importantes. O que me define como pesquisadora é a temática da ditadura militar. Assim, quando me perguntam “*o que você pesquisa?*” Eu respondo que sou pesquisadora da temática ditadura militar. E, dentro dessa temática eu vou especificando. Me interessa pensar a produção cultural e, claro, as formas de resistência, porque eu também me identifico dessa maneira. Eu sou uma pesquisadora de ditadura militar, interessada nas formas de resistência a esse Estado autoritário e nas artes, em especial, as canções me encantam, o cinema me encanta, as artes plásticas me encantam e, a cada hora, eu vou desdobrando. Atualmente, me interessa a produção do Hélio Oiticica e eu vou criando, também, minhas preferências. Por exemplo, não me interessa apenas pelos artistas, mas também pelos críticos de arte, como Ferreira Gullar, Mário Pedrosa e o Frederico Morais. Eu queria ficar só escrevendo sobre eles. Em cada momento eu já penso em outra pesquisa e queria ficar imersa nesse universo.

TC: Você poderia citar algumas dificuldades que enfrentou para desenvolver suas pesquisas?

Valéria Alves: Então, a dificuldade está exatamente aí. As fontes que, especificamente, eu me propus a trabalhar me desafiam desde o mestrado porque elas têm esse caráter interdisciplinar. Eu faço uma análise histórica, mas, por exemplo, os documentos exigem uma análise que extrapola a História. Só as ferramentas da História não me servem. Por exemplo, quando eu me propus a estudar as canções. Estudar as canções não é só analisar a letra, é ouvir as canções, é decodificar também aquela mensagem sonora. E eu não tenho formação musical. Dessa forma, como uma pessoa que não tem formação musical quer estudar um documento sonoro? Foi um desafio, eu tive que enfrentar e ir driblando essa dificuldade. Depois o cinema. Com o cinema, a mesma coisa. Eu preciso de ferramen-

tas que extrapolam o conhecimento histórico. A área da História nos dá limites, mas eu preciso extrapolar isso. Atualmente, é analisar as artes plásticas. É decodificar uma escultura, decodificar um quadro, decodificar uma performance, isso exige elementos que precisam, também, de uma formação, que a gente tem que ir buscar. Hoje, por exemplo, eu estou terminando o pós-doutorado, vinculada a um departamento de História da Arte, e eu me propus a fazer exatamente nesse departamento, eu escolhi porque eu queria me aproximar um pouco desse universo. Claro, muito rasteiramente, porque o ideal seria que eu tivesse uma Graduação em Artes Plásticas. Mas não tenho mais tempo de fazer isso, começar uma nova graduação. Mas a ideia é buscar ferramentas nas outras áreas, então me aproximo do universo da estética, tentar entender esses códigos da arte para melhor analisar as minhas fontes. Esse é o desafio de quem trabalha com esse tipo de documentação: a música, o cinema, as artes plásticas, a própria literatura, que eu explorei muito pouco. Mas, também, eu preciso ir às Letras, buscar os códigos, buscar os elementos que me ajudam a interpretar a literatura. Então, é esse o maior desafio.



Este livro foi composto em fonte Swis721 Cn BT,
em e-book formato pdf, com 244 páginas
Março de 2021

**Saiba como adquirir o livro
completo no site da SertãoCult**

www.editorasertaocult.com

Editora

**SER
TÃO
CULT**

Série
Território
Científico



Em 2021, 57 anos nos separam do início de um dos períodos mais sombrios da História brasileira. Apesar de mais de meio século ter se passado, nunca a ditadura civil militar esteve tão presente em nossas vidas, com a nova ascensão de uma ideologia política que apela para o extremismo nos moldes fascistas. Parece anacronismo, mas não há termo melhor para definir um grupo político que defende posicionamentos contrários à democracia, aos direitos básicos dos cidadãos, à existência de minorias, segundo o qual deve “se curvar ante a maioria”.

Em nenhum momento se produziu tanto conhecimento sobre a ditadura, felizmente, na maioria dos casos, conhecimento sério, embasado em fatos, em pesquisa, em reflexões coerentes. Em meio ao turbilhão negacionista e anticientífico, o trabalho dos onze entrevistados neste livro se mostra fundamental, pois produzir ciência nos dias atuais é, sim, um ato de resistência. Diante disso, nada melhor do que iniciarmos a série Território Científico com este tema tão atual e tão fundamental, afinal, a História, com agá maiúsculo, mais do que nos ajudar a registrar quem nós somos como povo, nos obriga a lembrar daquilo que preferiríamos esquecer, mas que não podemos, se quisermos preservar nossa humanidade.

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Marco Antonio Machado

Coordenadores da Série Território Científico

ISBN 978-658742990-8



9 786587 429908